Devir e agenciamento no pensamento de Gilles Deleuze

Rodrigo Carqueja de Menezes

Uma filosofia que não se propõe a refletir sobre o que quer que seja é uma filosofia que se recusa a perder-se em abstrações, tais como: a busca pelas origens, pelo ser, pelo eu, pela consciência, pela linguagem, por finalidades, ou seja, uma teleologia qualquer. Tal é, neste sentido, a filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari: não interessa partir nem chegar, mas sim se instaurar no meio, na atmosfera do devir propriamente dito. O devir não é concebido como o resultado de uma transformação, de uma passagem de uma forma, de um estado ou de um termo a outro. Ele é o próprio processo, um meio, ou seja, uma zona de indiscernibilidade onde os termos implicados numa relação são arrastados pela própria relação que os une. Pensar na orientação do devir, não é fazer História[1] em que séries causais são dispostas em termos de desenvolvimento, evolução ou progresso. Quando Gilles Deleuze e Félix Guattari falam em devir não pretendem estabelecer um curso em uma evolução, em um progresso ou em um desenvolvimento, mas, em outro sentido, os signos de uma involução. Em *Lembranças de um bergsoniano* a involução é coextensiva ao devir, já que se apresenta percorrendo séries heterogêneas: "o devir é involutivo, a involução é criadora (...) involuir é formar um bloco que corre seguindo sua própria linha, entre os termos postos em jogo, e sob relações assinaláveis".[2] Mas opor devir e História nos parece ainda uma

alternativa abstrata. Mesmo que a História submeta linhas a uma ordem ou a pontos transcendentes pré-estabelecidos e o devir apresente linhas mutantes "sem fora nem dentro, sem forma nem fundo, sem começo nem fim, tão viva quanto uma variação contínua"[3], não é de oposição que tratamos aqui. O que nos interessa é mostrar como a todo o momento agenciamentos liberam linhas em devir de um sistema pontual histórico. Ainda que um agenciamento se apresente datado não quer dizer que fazemos História. Para Deleuze: "datar um agenciamento, não é fazer história, é dar suas coordenadas de expressão e de conteúdo, nomes próprios, infinitivos-devires, artigos, hecceidades".[4]

A pergunta a que devemos responder é: o que é um agenciamento? Para Gilles Deleuze "a unidade real mínima, não é a palavra, nem a idéia ou o conceito, nem o significante, mas o agenciamento".[5] Em *Mil platôs* são apresentadas as definições necessárias para a compreensão da natureza do agenciamento e de suas orientações. Todo agenciamento possui uma tetravalência distribuída em dois eixos (vertical e horizontal). Dirão Deleuze e Guattari:

> De início um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos: um de conteúdo, o outro de expressão. Por um lado, ele é agenciamento maquínico de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado agenciamento coletivo de enunciação, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos. Mas segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem, de uma parte, *lados territoriais* ou reterritorializados que o estabilizam e, de outra parte *picos de desterritorialização* que o arrebatam.[6]

Os agenciamentos possuem dois eixos, cada um se dividindo em dois segmentos. O eixo horizontal apresenta um plano de conteúdo e um plano de expressão. O eixo vertical apresenta lados territoriais e picos de desterritorialização. Cumpre então estudar o eixo horizontal em seus dois segmentos: um plano de conteúdo, agenciamento maquínico de misturas de corpos e um plano de expressão, agenciamento coletivo de enunciação em que transformações incorpóreas são atribuídas aos corpos.

Gilles Deleuze e Félix Guattari evocam a presença do Professor Challenger, "aquele que fez a Terra berrar como uma máquina dolorífera"[7], que mistura em suas apresentações textos de geologia, de biologia, de lingüística e de psicanálise, apesar de não ser geólogo, biólogo, lingüista, etnólogo ou mesmo psicanalista. Sua disciplina era chamada por muitos nomes: "rizomática, estratoanálise, esquizoanálise, nomadologia, micropolítica, pragmática, ciência das multiplicidades".[8] Para elucidar sua estratégia rompendo a dualidade forma/conteúdo, Challenger cita seu amigo o "geólogo dinamarquês espinozista Hjelmslev, o príncipe sombrio".[9] Hjelmslev concebe uma grade em que as noções de conteúdo, expressão, forma e substância, ganham uma nova distribuição. Deste modo, Gilles Deleuze e Félix Guattari apresentam os estratos que "respondem à grade de Hjelmslev: articulação de conteúdo e articulação de expressão, o conteúdo e a expressão, tendo, cada um por sua conta, uma forma e uma substância".[10] Essas noções que geralmente são apresentadas de maneira confusa, segundo Deleuze, em Hjelmslev aparecem claramente dispostas.

Em *Anti-Édipo* – Capitalismo e esquizofrenia, Gilles Deleuze e Félix Guattari fazem um elogio explícito a Louis T. Hjelmslev, já que sua lingüística se apresenta de forma imanente não recorrendo a entidades transcendentes como, por exemplo, as entidades saussurianas do tipo significante/significado.

> (...) a lingüística de Hjelmslev se opõe profundamente aos trabalhos saussurianos e pós-saussurianos. Porque abandona qualquer tipo de referência privilegiada; porque descreve um campo puro de imanência algébrica que não é dominado por nenhuma instância transcendente, ainda que retirada; porque faz correr neste campo os seus fluxos de forma e de substância, de conteúdo e de expressão; porque substitui a relação de subordinação significante/significado pela relação de pressuposição recíproca expressão/conteúdo.[11]

Desse modo, ao invés de uma lingüística baseada na subordinação significante/significado, Hjelmslev concebe uma lingüística de pressuposição recíproca (solidariedade) entre expressão/conteúdo. Muitos lingüistas erram ao relacionar os termos solidários propostos por Hjelmslev, aos termos subordinados saussurianos significante/significado. Félix Guattari,

em seu livro *O inconsciente maquínico*, distingue semiologia e semiótica. A primeira, a semiologia, "examina os sistemas de signos em relação às leis da linguagem".[12] Ela é representada pela teoria da linguagem exposta por Saussure, a partir da subordinação entre significante/significado. A segunda, a semiótica, é uma "disciplina que se propõe estudar os sistemas de signos segundo um método que não depende da lingüística"[13]. Hjelmslev aparece como um representante desta disciplina, porque não concebe uma relação de subordinação entre o plano de conteúdo e o plano de expressão, mas sim uma *solidariedade***.** Em sua obra *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem,* Hjelmslev diz que "há solidariedade entre a função semiótica e seus dois funtivos: expressão e conteúdo. Não há função semiótica sem a presença simultânea desses dois funtivos"[14].

Saussure estabelece sua teoria semiológica do signo pela subordinação de um termo ao outro. É relevante para o desenvolvimento do nosso trabalho, esclarecer o que são os termos significante e significado em Saussure. Deste modo, dirá Danièle Manesse sobre a semiologia de Saussure: "Propomo-nos a conservar o termo signo para designar o total, e a substituir conceito e imagem acústica respectivamente por significado e significante; estes dois termos têm a vantagem de assinalar a oposição que os separa, quer entre si, quer do total de que fazem parte"[15].

Neste sentido, Saussure concebe o signo para designar a resultante da subordinação de um significante a um significado, ou seja, um composto de imagem fônica (significante) e de um conceito (significado).

Félix Guattari, em seu livro o *Inconsciente maquínico,* expressa o quanto é frutífero um retorno ou mesmo um desvio para os estudos lingüísticos de Hjelmslev, na medida em que constata um total desconhecimento político por parte dos lingüistas atuais. Neste mesmo texto, Félix Guattari também lamenta qualquer coincidência entre os termos expressão e conteúdo com os termos significante e significado.

> Não se trata absolutamente de retomar seu projeto de axiomatização radical da língua, mas de partir novamente de certas categorias suas que parecem ser as únicas que provêm de um exame verdadeiramente rigoroso do conjunto da problemática semiótica, tirando, em particular, todas as conseqüências de sua recolocação em questão do estatuto do conteúdo e da expressão.[16]

Deste modo, os termos de Hjelmslev se apresentam como irredutíveis aos termos de Saussure, uma vez que, o primeiro, expõe uma semiótica, e o segundo, uma semiologia.

Para Deleuze, o aparato teórico hjelmsleviano é potencializado quando aplicado aos conceitos de Michel Foucault. Uma formação histórica, apresentada por Foucault, é composta de coisas e palavras, ver e falar, conteúdos e expressões. Dirá Gilles Deleuze em seu livro intitulado *Foucault:* "buscamos esses últimos termos em Hjelmslev, mas para aplicá-los a Foucault num sentido totalmente diferente. O conteúdo, aqui, não se confunde mais com um significado, nem a expressão com um significante".[17] Em Foucault o que é "visível" e o que é "dizível" ganham sua independência necessária. Dividiremos a resolução destes termos foucaultianos em dois momentos: primeiramente, investigar como Michel Foucault apresenta cada um destes termos separadamente, para em seguida, analisar como eles entram em solidariedade.

Foucault, em relação a seu livro *As palavras e as coisas,* deixa claro o quanto este livro está carregado de uma grande "ironia", pois seu objeto de estudo não são palavras nem mesmo coisas, muito menos as relações entre elas. Trata-se de um outro nível, já que as palavras e as coisas deixam de ser elementos significantes que se remetem a representações.

> *As palavras e as coisas* é o título – sério – de um problema; é o título – irônico do trabalho que lhe modifica a forma, lhe desloca os dados e revela, afinal de contas, uma tarefa inteiramente diferente, que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.[18]

É neste sentido que, em Foucault, aquilo que é dito não designa, não representa o que é visto. Gilles Deleuze, em seu livro *Foucault,* apresenta importantes considerações sobre esta problemática.

> Em *As palavras e as coisas,* (...), não se trata de coisas nem de palavras. Nem tampouco de objeto ou de sujeito. Nem mesmo de frases ou proposições, de análise gramatical, lógica ou semântica. Longe de serem síntese de palavras e de coisas, longe de serem composições de frases e de proposições, os enunciados, ao contrário, são anteriores às frases ou às proposições que os supõem implicitamente, são formadores de palavras e de objetos.[19]

Para Deleuze, Foucault não tem interesse por frases ou proposições, nem mesmo por sua síntese entre as palavras e as coisas. Ele se interessa por algo que lhes é anterior, os enunciados. Em *Arqueologia do saber*[20], Foucault concebe a teoria dos enunciados, do discursivo. Para ele, fazer arqueologia não é fazer História em seu sentido tradicional: "não se tratará, portanto, de conhecimentos descritos no seu progresso em direção a uma objetividade na qual nossa ciência de hoje pudesse enfim se reconhecer".[21]

Bem compreendido, o estudo do enunciado não permite um equívoco com relação ao pensamento de Foucault: o de conceber a arqueologia como uma busca pelas origens. A busca pelas origens, em Foucault, é impertinente. Não é por acaso que nosso autor marca posição com relação às leituras feitas sobre Nietzsche, já que muitos insistem em encontrar na genealogia nietzschiana uma busca pela origem.

> À descentralização operada pela genealogia nietzschiana, o tema opôs a busca de um fundamento originário que fizesse da racionalidade o *telos* da humanidade e que prendesse a história do pensamento à salvaguarda dessa racionalidade, à manutenção dessa teleologia e à volta, sempre necessária, a este fundamento.[22]

Esta constatação não se limita apenas à *Arqueologia do saber*, pois em outros textos este problema também aparece. Em *Microfísica do poder*, por exemplo, Foucault critica a concepção que considera a genealogia de Nietzsche uma busca das origens. "A genealogia não se opõe à história como a visão altiva e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da origem".[23] Não é interesse de Foulcault fazer com que sua arqueologia se torne uma busca por princípios. A arqueologia se dá no meio dos estratos históricos.

Foucault é um arquivista porque não tem interesse por proposições ou frases, mas por raros e escassos enunciados. As proposições e frases são encontradas em abundância e podem ser emitidas quando e quantas vezes quisermos, ao passo que os enunciados possuem um princípio de raridade.

Podemos conceber três orientações sobre o enunciado: espaço colateral, espaço correlativo e espaço complementar.

A primeira, o *espaço colateral*, diz respeito a um espaço onde os enunciados entram em relação com outros enunciados. Mostramos que os enunciados não são proposições ou frases. As proposições são inseparáveis de um sistema homogêneo, remetendo-se a axiomas que determinam as constantes deste sistema. As frases possuem seus membros em vários sistemas, e são entendidas a partir de variáveis exteriores. As frases e as proposições se apresentam como um sistema pontual. Estes sistemas não apresentam linhas diagonais em devir, pois suas linhas são recompostas a partir de pontos. Para Deleuze, Foucault "vai negligenciar a hierarquia vertical das proposições, que se dispõem umas sobre as outras, e também a lateralidade das frases, onde cada uma parece responder a outra".[24] O enunciado é móvel e se apresenta como uma espécie de diagonal ou transversal. É próprio dos enunciados uma variação inerente não sistemática. Como nos mostra Deleuze:

> (...) jamais paramos de passar de um sistema ao outro (mesmo no interior de uma mesma língua). (...). O que "forma" um grupo ou família de enunciados são, então, as regras de passagem ou de variação, de mesmo nível, que fazem da "família" como tal um meio de dispersão e de heterogeneidade, o contrário de uma homogeneidade dos enunciados heterogêneos aos quais se liga através de regras de passagem (vetores).[25]

Neste sentido, um grupo de enunciados é caracterizado por um meio de dispersão e de heterogeneidade, "cada enunciado é uma multiplicidade: uma multiplicidade e não uma estrutura ou um sistema".[26] "Eis o que é um grupo de enunciados, ou mesmo um enunciado sozinho: multiplicidades".[27] Dirá Gilles Deleuze: "o livro de Foucault representa o passo mais decisivo rumo a uma teoria-prática das multiplicidades".[28]

Nas proposições teremos uma tipologia, ou seja, uma hierarquia entre os tipos. Nas frases, uma dialética. Mas nos enunciados teremos uma topologia, pois uma multiplicidade se comporta topologicamente. Eles são irredutíveis ao estruturalismo ou à dialética.

A segunda coordenada indica um *espaço correlativo*, "trata-se da relação do enunciado, não mais com outros enunciados, mas com seus sujeitos, seus objetos e seus conceitos".[29] Não há, aqui, um sujeito da enunciação, como na frase ou na proposição. Foucault nos apresenta um exemplo contido no início da obra de Marcel Proust *Em busca do tempo perdido*: "Durante muito tempo, costumava deitar-me cedo...".[30] Este exemplo, não é uma frase, pois, dependendo do seu referente, o enunciado não é o mesmo conforme se refira a um sujeito qualquer ou ao autor Proust, que começa assim a Busca e que a atribui a um narrador. O mais importante é que os sujeitos derivem da enunciação e que não correspondam a um sujeito verdadeiro, pois eles derivam do próprio enunciado. Foucault atribui ao enunciado o "jogo de uma exterioridade"[31], "assim se encontra libertado do núcleo central da subjetividade fundadora, que permanece sempre por trás da história manifesta e que encontra, sob os acontecimentos, uma outra história...".[32] Dirá Foucault: "Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito".[33]

Por isso, é frustrada qualquer tentativa de colocar na origem de um determinado enunciado, ou em seu fundamento, um cogito (Descartes), uma unidade subjetiva (Kant) ou uma consciência intencional (Husserl). Estes produzem frases ou proposições, nunca enunciados. Dirá Foucault:

> A análise dos enunciados se efetua, pois, sem referência a um *cogito*. Não coloca a questão de quem fala, se manifesta ou se oculta no que diz, quem exerce tomando a palavra sua liberdade soberana, ou se submete sem sabê-lo a coações que percebe mal. Ela situa-se de fato, no nível de um diz-se (...).[34]

Aqui, não há um sujeito primordial do qual um enunciado seja derivado, mas sim de um diz-se *impessoal*, uma espécie de não-pessoa. Para Gilles Deleuze, Foucault se junta a Maurice Blanchot na denúncia de toda espécie de personologia lingüística, apresentando no lugar de uma subjetividade um murmúrio anônimo.[35] Em uma entrevista intitulada *Entrevista com Foucault*, dirá Foucault:

> Antes de toda a existência humana, antes de todo o pensamento humano, haveria já um saber, um sistema, que nós redescobrimos... (...). Que é esse sistema anônimo sem sujeito, que é que ele pensa? O "eu" explodiu (veja a literatura moderna) – é a descoberta do "há". Há um "algo" indeterminado. De certa maneira, volta-se ao ponto de vista do século XVII, com esta diferença: não se pôs o homem no lugar de Deus, mas um pensamento anônimo, saber sem sujeito, teórico, sem identidade...[36]

Desse modo, o autor se refere a um pensamento anônimo sem sujeito ou identidade. O enunciado não possui referente, nem mesmo uma intencionalidade vazia. Para Foucault o exemplo: "a montanha de ouro está na Califórnia" é um enunciado, visto que apresenta um objeto próprio do seu mundo. Todo enunciado possui seu próprio mundo, uma geologia e uma geografia.

> Um enunciado – qualquer que seja e por mais simples que o imaginemos – não tem como correlato um indivíduo ou um objeto singular que seria designado por determinada palavra da frase: no caso de um enunciado como "A montanha de ouro está na Califórnia", o correlato não é essa formação real ou imaginária, possível ou absurda, designada pelo sintagma nominal que exerce a função de sujeito.[37]

É neste sentido que, o exemplo da montanha de ouro não é correlato ao dualismo real/imaginário. Um enunciado procede por imanência a um mundo, ou seja, tem uma "variação inerente" e uma "variável intrínseca". Enquanto que, um sistema que envolva palavras, frases ou proposições, procede por uma constante intrínseca e por uma variável extrínseca. "O

que parece acidente, do ponto de vista das palavras, das frases e das proposições, torna-se regra, do ponto de vista dos enunciados".[38]

Em Michel Foucault, é preciso percorrer as séries, constituir séries[39], criar uma transversal que não se reduz a uma vertical ou a uma horizontal. Para Foucault este problema da série se constitui de: "(...) definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, (...) descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir, assim, séries de séries, ou 'quadros': daí a multiplicação dos estratos"[40]. Estas séries são problemáticas e quando um novo estrato se forma com sua cronologia, regras e séries próprias "nunca é de um só golpe, numa frase ou numa criação, mas em 'tijolos', com a sobrevivência, o deslocamento, a reativação de antigos elementos que subsistem sob as novas regras"[41]. A concepção singular que Foucault possui da história apresentada em *Microfísica do poder* é a de uma história dos cortes e dos não cortes. Essa História não se confunde com uma história entendida como uma evolução de fases. A compreensão do que Deleuze chama de uma teoria dos cortes[42] parece importante para a compreensão do que Michel Foucault entende como uma História. Essa História é distinta de uma História linear, pois "as sucessões lineares foram substituídas por um jogo de interrupções em profundidade".[43]

> Para mim, a história dos cortes e dos não cortes é sempre, ao mesmo tempo, um ponto de partida e algo muito relativo. Em *As palavras e as coisas*, eu partia de diferenças muito manifestas, das transformações das ciências empíricas por volta do final do século XVIII. É preciso ser ignorante (...), para não saber que um tratado de medicina de 1780 e um tratado de anatomia patológica de 1820 são dois mundos diferentes. Meu problema era saber quais eram os grupos de transformações necessárias e suficientes no interior do próprio regime dos discursos para que se pudessem empregar estas palavras e não aquelas, a este tipo de análise e não aquele, que se pudessem olhar as coisas sob um ângulo e não sob outro.[44]

A História para Foucault é *serial*, distinta de qualquer redução a uma concepção de simples sucessão de fatos. Para nosso autor, em uma determinada formação histórica (um estrato) novas séries surgem sem que se

dêem de uma única vez. Perseguindo estas séries, atravessando níveis e deslocamentos, os enunciados não se reduzem a uma localização horizontal ou vertical. Eles são uma transversal. É a partir deste tema que Gilles Deleuze, com base nos estudos de Pierre Boulez, concebe uma relação entre a noção de série em Foucault e aquela que o músico serialista Anton Von Webern promove. A palavra série se inscreve no campo semântico musical pela primeira vez, segundo Boulez, em textos dos teóricos vienenses quando eles descrevem as primeiras obras de Schoenberg, uma vez que este emprega a sucessão fixa da escala de doze sons, substituindo o sistema tonal clássico ao longo de uma mesma obra. Todavia, tanto em Schoenberg quanto em Berg, seu sucessor, a série é empregada como um fenômeno temático. Deste modo, a série não supera o tonalismo e acaba assumindo um papel que é equivalente ao tonal. Somente com Anton Von Webern a série se manifesta por uma repartição de intervalos, independente de toda função horizontal (melódica) ou vertical (harmônica). Dirá Boulez:

> (...) Webern explorou essa ambigüidade primordial, a assimilação do contraponto rigoroso às formas seriais fundamentais (...); referimo-nos especialmente à abolição, que antes existia, entre os fenômenos horizontais e verticais da música tonal. Webern criou uma nova dimensão que poderíamos chamar dimensão diagonal, espécie de repartição dos pontos, dos blocos ou das figuras, não mais no plano, mas no espaço sonoro.[45]

É a partir desta diagonal (transversal) que Deleuze relaciona a noção de série de Anton Von Webern com a concepção serial empregada por Michel Foucault em seu método de estudo. Dirá Deleuze:

> Ele vai negligenciar a hierarquia vertical das proposições, que se dispõem umas sobre as outras, e também a lateralidade das frases, onde cada uma parece responder a outra. Móvel, ele se instalará numa espécie de diagonal, que tornará legível o que não podia ser apreendido de nenhum outro lugar, precisamente os enunciados. Uma lógica atonal?[46]

Neste sentido, negligenciando a verticalidade das proposições e a horizontalidade das frases, Foucault pensa a transversalidade do enunciado, ou seja, uma lógica atonal da História.

Resta-nos investigar o espaço complementar, em que estão situadas as formações não-discursivas ou plano de conteúdo, que em *Vigiar e punir* aparecem em sua forma positiva. O plano de conteúdo é composto por um meio não-discursivo. Este meio não corresponde a uma palavra como quer a semiologia, subordinando o plano de conteúdo ao plano de expressão. Mesmo que surjam em uma mesma data, a heterogeneidade de tais planos se mantém. "Um regime de luz e um regime de linguagem não são a mesma forma, e não têm a mesma formação. (...). Há pressuposição recíproca entre as duas formas. E, no entanto, não há forma comum, não há conformidade, nem mesmo correspondência".[47] O que caracteriza um plano de conteúdo e um plano de expressão é essa pressuposição recíproca, a solidariedade entre ambos. A compreensão do agenciamento é relevante para o estudo da solidariedade dos planos. Um agenciamento não pode ser confundido com um estrato. Ele se faz em um estrato, mas não se confunde com ele. Diferentemente de um estrato, um agenciamento comporta uma outra direção, uma direção informal de devires. E é uma causa imanente entre os planos que garante a solidariedade ou pressuposição. À causa imanente Michel Foucault denomina diagrama. Esta noção ele trabalha com ênfase em seus estudos sobre o Panóptico[48], que é determinado concretamente, por uma visibilidade, e abstratamente por um *diagrama*.

Este diagrama, ou máquina abstrata segundo Gilles Deleuze, não é único, há uma infinidade de diagramas. Podemos conceber um número X de diagramas tanto quanto podemos considerar um número X de sociedades diferentes (campos sociais). Esta máquina abstrata é imaterial e fluida, "(...) todo diagrama é intersocial, e em devir. (...). Ele duplica a história com um devir".[49] Estas idéias podem ser resumidas em uma frase: "As máquinas abstratas consistem em *matérias não formadas e funções não formais*".[50] O diagrama, concebido por Foucault ou Deleuze, não é uma idéia transcendente, tais como as concepções de superestrutura ideológica ou infra-estrutura econômica. O diagrama ou máquina abstrata informal funciona como causa imanente dos agenciamentos concretos formais (forma de conteúdo e forma de expressão).

> O que quer dizer, aqui, causa imanente? É uma causa que se atualiza em seu efeito, que se integra em seu efeito, que se diferencia em seu efeito. Ou melhor, a causa imanente é aquela cujo efeito atualiza, integra e diferencia. Por isso nela há correlação, pressuposição recíproca entre a causa e o efeito, entre a máquina abstrata e os agenciamentos concretos (é a esses que Foucault reserva mais freqüentemente o nome de dispositivos).[51]

Se os agenciamentos concretos atualizam, é porque as relações de forças ou de poder são virtuais. Neste sentido, Gilles Deleuze conclui que "a história das formas, arquivo, é duplicada por um devir das forças, diagrama".[52] Convém ressaltar que as forças nunca se reduzem a um diagrama configurado em determinada sociedade. Mesmo que o diagrama venha das forças, ele não as bloqueia. "Assim, o lado de fora é sempre a abertura de um futuro, com o qual nada acaba, pois nada nunca começou – tudo apenas se metamorfoseia".[53] Este diagrama, máquina abstrata, a partir de forças não estratificadas, atravessa os estratos formais e substanciais desencadeando pontas de decodificação e de desterritorialização.

O exemplo do agenciamento feudal, apresentado por Gilles Deleuze, nos possibilita investigar nosso segundo eixo do agenciamento, composto pelos lados territoriais e pelos picos de desterritorialização.

> Considerar-se-ão misturas de corpos que definem a feudalidade: o corpo da terra e o corpo social, os corpos do suserano, do vassalo e do servo, o corpo do cavaleiro e o do cavalo, a nova relação que estabelecem com o estribo, as armas e as ferramentas que asseguram as simbioses de corpos – é tudo um agenciamento maquínico. Mas também os enunciados, as expressões, o regime jurídico dos brasões, o conjunto das transformações incorpóreas, principalmente os juramentos com suas variáveis, o juramento de obediência, mas igualmente o juramento amoroso, etc: é o agenciamento coletivo de enunciação. E, de acordo com o outro eixo, as territorialidades e reterritorializações feudais, ao mesmo tempo em que a linha de desterritorialização que arrebata o cavaleiro e sua montaria, os enunciados e os atos. Como tudo isso se combina nas Cruzadas.[54]

É com o território que podemos entender a principal diferença entre um agenciamento e um estrato. Os agenciamentos extraem territórios dos estratos, e fazem desta sua regra. Assim nos mostram Deleuze e Guattari com relação aos personagens de Beckett e ainda sobre os estratos, que "a primeira regra concreta dos agenciamentos é a de descobrir a territorialidade que os envolve, pois sempre há alguma: dentro de sua lata de lixo ou sobre o banco, os personagens de Beckett fundam para si um território".[55] Um estrato, diferentemente, se constitui por formas e substâncias, códigos e meios. Os meios que compõem os estratos são blocos de espaço-tempo constituídos pela repetição periódica. Podemos encontrar diferentes meios em um determinado ser vivo: "um meio exterior que se remete aos materiais; um meio interior, aos elementos componentes e substâncias compostas; um meio intermediário, às membranas e limites; um meio anexado, às fontes de energia, e às percepções – ações".[56] É pela repetição periódica que um código se define em cada meio. Os meios não são unitários, pois como fazem os vivos, também passam um pelo outro. Quando um meio serve de base para outro, seu código recebe uma transcodificação.

Como, a todo o momento, o caos ameaça os meios de intrusão e esgotamento, estes "revidam" a tal intrusão com ritmos que não se confundem com a medida regular ou irregular. Os ritmos exprimem o *desigual*, como apresenta Richard Pinhas: "é o ritmo impulso desigual e complexo que efetua a simbiose da música e dos elementos. O ritmo ou desigual torna sensíveis as vibrações".[57] Porém, Deleuze adverte, o caos não é o contrário do ritmo, ele será o meio dos meios. "O que há de comum ao caos e ao ritmo é o entre-dois, entre dois meios, ritmo-caos, ou caosmos: entre a noite e o dia, entre o que é construído e o que cresce naturalmente, entre as mutações do inorgânico ao orgânico, da planta ao animal (...)".[58] O ritmo é crítico, liga a passagem de um meio a outro e trabalha por blocos heterogêneos. Os esgotamentos e as intrusões do caos sobre os meios ganham ritmos e estes se produzem entre dois meios, são devires. É no meio que o ritmo é produzido. O meio, então, se constitui de uma repetição produtora. Dirá Deleuze:

> É que um meio existe efetivamente por uma repetição periódica, mas esta não tem outro efeito senão produzir uma diferença pela qual ele passa para um outro meio. É a diferença que é rítmica, e não a repetição que, no entanto, a produz; mas, de pronto, essa repetição produtiva não tinha nada a ver com uma medida reprodutora.[59]

Cumpre retomarmos agora, a partir destas novas orientações, o problema da estratificação. O estrato age como um "juízo de Deus", como "dupla-pinça (double-bind)", articula o que foi tema de nossas investigações (o plano de conteúdo e o plano de expressão). Mas, como estes planos se apresentam em um território? Para Deleuze e Guattari "o território é feito de fragmentos descodificados de todo tipo, extraídos dos meios, mas adquirem um valor de 'propriedade': mesmo os ritmos ganham aqui um novo sentido (ritornelos)".[60] Um nome só ganha sentido em função de um "em casa". O valor de propriedade é solidário de um devir expressivo das qualidades sensíveis. O território é o que caracteriza o agenciamento. Nos estratos há distinção entre o plano de conteúdo e o plano de expressão – o que se vê e o que se diz. Mas só se tornam uma pragmática e uma semiótica em um território, ou seja, quando são agenciados.

> Mas o que faz com que o agenciamento não se reduza aos estratos é que nele a expressão torna-se um sistema semiótico, um regime de signos, e que o conteúdo torna-se um *sistema pragmático*, ações e paixões. (...). Eis, então, a primeira divisão de todo agenciamento: por um lado, agenciamento maquínico, por outro, e inseparavelmente, agenciamento de enunciação. Em cada caso é preciso encontrar um e outro: o que se faz e o que se diz? E entre ambos, entre o conteúdo e a expressão, estabelecer uma nova relação que ainda não aparecia nos estratos: os enunciados ou as expressões exprimem *transformações incorporais* que "se atribuem" como tais (propriedades) aos corpos ou aos conteúdos.[61]

De tudo que foi dito até agora nos falta o quarto e último ponto da tetravalência do agenciamento: os picos ou as linhas de desterritorialização. As linhas de desterritorialização atuam de várias maneiras em um

agenciamento, elas são inseparáveis do território tanto quanto as descodificações são inseparáveis dos códigos. Como agem estas linhas no território? Segundo Gilles Deleuze e Félix Guattari: "é segundo essas linhas que o agenciamento não mais apresenta expressão nem conteúdos distintos, mas somente matérias não formadas, forças e funções desestratificadas".[62] Os agenciamentos são grandes complexos de linhas. Aqui, a linha é uma multiplicidade não numérica, ela é uma multiplicidade rizomática, pertencendo a um espaço liso. Esta linha não mais contorna as coisas, mas passa entre elas traçando um plano, ganhando sua consistência, sua imanência, sem que precise recorrer a transcendências. É neste plano de imanência que estão inscritos "(...) as hecceidades, acontecimentos, transformações incorporais apreendidas por si mesmas; (...); os devires, que não possuem termo nem sujeito, mas arrastam um e outro a zonas de vizinhança (...); os espaços lisos, que se compõem através do espaço estriado".[63] Não há dualismo ou oposição entre um estrato e o plano de consistência. Os próprios estratos são animados e definidos por linhas de desterritorialização, são perpassados por linhas de variação que se elaboram no plano de consistência. A linha que define a desterritorialização é chamada *linha de fuga*. Ela opera o movimento pelo qual abandonamos o território.

Chegamos, então, nas máquinas abstratas, tema estudado anteriormente. Estas máquinas se definem justamente por estes picos de descodificação e de desterritorialização. São abstratas porque ignoram as formas e as substâncias, ou seja, são *matérias não formadas e funções não formais*. Para Gilles Deleuze e Félix Guattari, "elas traçam essas pontas; assim, abrem o agenciamento territorial para outra coisa, para agenciamentos de um outro tipo, para o molecular, o cósmico, e constituem devires".[64] É justamente por ignorar as formas e as substâncias que a distinção entre expressão e conteúdo deixa de ser relevante.

> Com efeito, a desterritorialização absoluta implica um "desterritorializante" e um "desterritorializado", que se repartem em cada caso, um para a expressão, o outro para o conteúdo, ou *inversamente*, mas sempre de maneira a transportar uma distinção relativa entre os dois. Por isso, a variação contínua afeta necessariamente o conteúdo e a expressão conjuntamente, mas nem por isso deixa de distribuir dois papéis dissimétricos como elementos de um só e mesmo devir, (...).[65]

Neste sentido, tanto o conteúdo quanto a expressão são afetados conjuntamente pela desterritorialização e não deixam de conjuntamente possuir papéis dissimétricos em um mesmo devir.

A partir de seus dois eixos, o agenciamento se apresenta como peça chave na compreensão do que venha a ser um pensar longe das abstrações. Ele nos redimensiona o problema da oposição entre devir e História. Pois, não se reduz às formações históricas (estratos), sem que ao mesmo tempo não as coloque na atmosfera do devir.

Notas

1. É claro que Michel Foucault entende a História de um modo diferente desta concebida como evolução, progresso ou desenvolvimento de formas. Trataremos deste assunto mais adiante.
2. Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Mille plateaux – Capitalisme et schizophrénie* 2. Paris: Les Éditions de Minuit,1980, p. 292.
3. Ibidem, p. 621.
4. Gilles Deleuze. *Dialogues.* Paris: Flammarion, 1977, p. 119 e 120.
5. Ibidem, p. 65.
6. Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Mille plateaux – Capitalisme et schizophrénie* 2. Paris: Les Éditions de Minuit,1980, p. 112.
7. Ibidem, p. 53.
8. Ibidem, p. 57.
9. Ibidem, p.57.
10. Ibidem, p. 628.
11. Gilles Deleuze e Félix Guattari. *O Anti-Édipo – Capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvin, 1966, s/d, p. 252.
12. Félix Guattari. *O inconsciente maquínico: ensaios de esquizo-análise.* Campinas: Papirus, 1988, p. 20.
13. Ibidem, p. 20.
14. Louis T. Hjelmslev. *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 198.
15. Ferdinand de Saussure. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 2004, p. 81.
16. Félix Guattari. *O inconsciente maquínico: ensaios de esquizo-análise*. Campinas: Papirus Editora, 1988, p. 38.
17. Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 57.
18. Michel Foucault. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 56.
19. Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 24.
20. É claro que, em *A arqueologia do saber*, Foucault não se limita a apresentar as formações de enunciados, pois, segundo o que nos fala Deleuze: "A arqueologia propunha a distinção entre duas espécies de formações políticas, as discursivas ou de enunciados e as não-discursivas ou de meios. Por exemplo, a medicina clínica no fim do século XVIII é uma formação discursiva; mas ela o é em relação às massas e às populações que dependem de outro tipo de formação, e implicam meios não-discursivos, "instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos". Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 40 e 41. Neste livro, devido ao fato

de Foucault estar interessado apenas com o saber e o primado do enunciado nesse saber, estas formações "não-discursivas" não puderam aparecer em sua configuração positiva, tal é a novidade de seu próximo livro: *Vigiar e punir*. Somente, neste livro, Foucault irá nos apresentar a dimensão do poder como relação de forças.
21. Michel Foucault. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. XVIII.
22. Michel Foucault. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 16.
23. Michel Foucault. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 15.
24. Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.13.
25. Ibidem, p.17 e 18.
26. Ibidem, p. 18.
27. Ibidem, p. 24.
28. Ibidem, p. 25.
29. Ibidem, p. 18.
30. Marcel Proust. *No caminho de Swann*. Porto Alegre: Editora Globo, 1960, p. 11.
31. Michel Foucault. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 142.
32. Ibidem, p. 140.
33. Ibidem, p. 109.
34. Ibidem, p. 141.
35. Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 19.
36. Eduardo Prado Coelho (seleção). *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. São Paulo: Martins Fontes, p. 31.
37. Michel Foucault. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 103.
38. Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 21.
39. Michel Foucault. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 8.
40. Ibidem, p. 8 e 9.
41. Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 32.
42. "A Teoria dos cortes é portanto uma peça essencial do sistema". Ibidem, p. 32.
43. Michel Foucault. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 3.
44. Michel Foucault. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 260.
45. Pierre Boulez. *Apontamentos de aprendiz*. São Paulo: Perspectiva, 1995, p. 328.
46. Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 13 e 14.
47. Ibidem, p. 42 e 43.
48. "Mas o Panóptico não deve ser compreendido como um edifício onírico: é o diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal; seu funcionamento, abstraindo-se de qualquer obstáculo, resistência ou desgaste, pode ser bem representado como um puro sistema arquitetural e óptico: é na realidade uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico". Michel Foucault. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 170. Ver também: Jeremy Bentham. O Panóptico. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000.
49. Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 45.
50. Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Mille plateaux – Capitalisme et schizophrénie* 2. Paris: Les Éditions de Minuit,1980, p. 637.
51. Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 46.
52. Ibidem, p. 53.
53. Ibidem, p. 96.

54. Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Mille plateaux – Capitalisme et schizophrénie* 2. Paris: Les Éditions de Minuit,1980, p. 112 e 113.
55. Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Mille plateaux* – Capitalisme et schizophrénie 2. Paris: Les Éditions de Minuit,1980, p. 629.
56. Ibidem, p. 384.
57. Richard Pinhas. *Les larmes de Nietzsche – Deleuze et la musique*. Paris: Flammarion, 2001, p. 65.
58. Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Mille plateaux – Capitalisme et schizophrénie* 2. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980, p. 385.
59. Ibidem, p. 385 e 386.
60. Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Mille plateaux – Capitalisme et schizophrénie* 2. Paris: Les Éditions de Minuit,1980, p. 629.
61. Ibidem, p. 629.
62. Ibidem, p.630.
63. Ibidem, p. 633.
64. Ibidem, p. 637.
65. Ibidem, p. 638.

Referências bibliográficas

BENTHAM, Jeremy. *O panóptico*. Trad: Guacira Lopes Lorro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000.
BOULEZ, Pierre. *Apontamentos de aprendiz*. Trad: Stella Moutinho, Caio Pagano, Lídia Bazarian. São Paulo: Perspectiva, 1995.
COELHO, Eduardo Prado (Seleção). *Estruturalismo* – Antologia de textos teóricos. Trad: Maria Eduarda Reis Colares. São Paulo: Martins Fontes, s/d.
DELEUZE, Gilles. *Dialogues*. Paris: Flammarion, 1977.
_____. *Foucault*. Trad: Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.
DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *O Anti-Édipo* – Capitalismo e Esquizofrenia. Trad: Joana Moraes Varela e Manuel Carrilho. Lisboa: Assírio e Alvim, 1966.
_____. *Mille plateaux* – Capitalisme et Schizophrénie 2. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. Trad: Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
_____. *Microfísica do poder*. Trad: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
_____. *A arqueologia do saber*. Trad: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
_____. *Vigiar e punir*. Trad: Lígia M. Pondé Básalo. Petrópolis: Vozes, 1977.

GUATTARI, Félix. *O inconsciente maquínico*: ensaios de esquizo-análise. Trad: Constança Marcondes César e Lucy Moreira César. Campinas: Papirus, 1988.
HJELMSLEV, Louis Trolle. *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem.* In: Os Pensadores. Editor: Victor Civita. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
PINHAS, Richard. *Les larmes de Nietszche* – Deleuze et le musique. Paris: Flammarion, 2001.
PROUST, Marcel. *No caminho de Swann***.** Trad: Mário Quintana. Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: Editora Globo, 1960.
SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral.* Trad: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Bliskstein. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

Resumo

Este artigo se propõe a estudar as concepções do devir e do agenciamento tal como vem apresentado por Gilles Deleuze. Com base nestas concepções, questões como: Qual é o ponto de partida de algo? Qual é o futuro de algo? E se este sentido se perde, não há interesse nem no ponto de partida nem no ponto final, mas de fato deve ser posto no meio, na atmosfera do devir no seu próprio sentido. Nesse sentido, não é uma reflexão sobre algo, porque esta Filosofia recusou fazer abstrações, como: busca das origens históricas, do ser, do eu, do consciente, da língua, por quaisquer outras razões.

Palavras-chave

Devir; Agenciamento; História.

Abstract

This article is proposed to study the conceptions of becoming and arrangement as presented by Gilles Deleuze. Guided by these conceptions, questions like: what's the start point of something? what will be the future of something? and if this sense is lost, there's no interest in the starting point nor in the final point, but in fact to be placed in the middle, in the atmosphere of becoming in its sense itself. In this sense, it isn't a reflection about something, because such Philosophy refused to be wasted on abstractions, such as: research for historical origins, for being, for self, for conscious, for language, for any other reasons.

Key-words

Becoming; Arrangements; History.

na realidade virtual. O ponto é que nas duas idéias – a de Holzer e a de Vaughn-Ballard – existe um entendimento psicopatológico: a *pobreza* do sexo-valor de troca diante de uma vida menor distante da arte. Algo é feito de tal modo que o impacto da arte teria a consistência de acontecimento tal como ele se realiza enquanto realidade. Um fazer virtual que suporte com situações que transcreveriam a violência da realidade. Um desastre como uma intervenção política no seio do reconhecimento de uma vida sem sentido na atualidade. A incorporação do mundo do acidente como espaço de dada manifestação da sexualidade sob o signo do inconsciente da tecnologia.

Criar a realidade, tal como diz ser a tarefa do escritor, a de "inventar a realidade", dentro de um entendimento segundo o qual "a ficção já existe". Independentemente de concordar com a suposição de que haja algo a ser feito para estreitar o intervalo entre vida e arte – e que não é o pensamento de Ballard –, podemos perceber a similitude quanto aos possíveis sobre os quais a razão não manda. Tratar-se-ia de fazer uso da tecnologia para pôr vida à vida. Equação: sexualidade e tecnologia. O Vaughn de Ballard considera que o acidente de carro teria o poder de pôr vida à vida. O tráfego como vida morna, a chance do acidente em abrir um devir da sexualidade para além da mercantilização americana do sexo. Este é o combate e a justificativa do trabalho do escritor.

> Vivemos num mundo dominado por ficções de todos os tipos – *merchandising* de massa, propaganda, política conduzida como um ramo da propaganda, a prevenção de reações inéditas a experiências por causa da tela da televisão. Vivemos dentro de uma imensa novela. É agora cada vez menos necessário que o escritor invente o conteúdo fictício de sua novela. A ficção já existe. A tarefa do escritor é inventar a realidade.
> (...)
> Acho que o papel do escritor, sua autoridade e licença para agir mudaram radicalmente. Acho que, num certo sentido, o escritor não sabe mais nada. Não tem postura moral. Oferece ao leitor o conteúdo de sua própria cabeça, um conjunto de opções e alternativas imaginativas. Seu papel é o do cientista, quer esteja num safári ou num laboratório, diante de um território ou assunto desconhecido. Tudo o que pode fazer é projetar várias hipóteses e testá-las diante dos fatos.